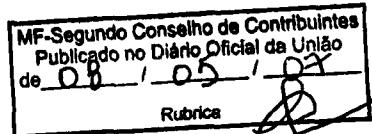




**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE\$
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº	10940.001697/2002-40
Recurso nº	129.556 Voluntário
Matéria	PIS
Acórdão nº	202-17.615
Sessão de	24 de janeiro de 2007
Recorrente	TOZETTO & CIA. LTDA.
Recorrida	DRJ em Curitiba - PR



Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Período de apuração: 20/10/1988 a 12/04/1995

Ementa: PEDIDO DE RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO. DECADÊNCIA.

O pleito de restituição/compensação de valores recolhidos a maior a título de Contribuição para o PIS, nos moldes dos inconstitucionais Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, de 1988, tem prazo de decadência/prescrição de cinco anos, contados da edição da Resolução nº 49, do Senado Federal.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da SEGUNDA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE\$, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Antônio Carlos Atulim
ANTONIO CARLOS ATULIM

Presidente

Gustavo Kelly Alencar
GUSTAVO KELLY ALENCAR

Relator

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE\$
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 11/04/07

Ivana Cláudia Silva Castro
Ivana Cláudia Silva Castro
Mat. Siape 92136

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Maria Cristina Roza da Costa, Nadja Rodrigues Romero, Simone Dias Musa (Suplente), Antonio Zomer, Ivan Allegretti (Suplente) e Maria Teresa Martinez López.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 11 / 04 / 01

Ivana Cláudia Silva Castro
Mat. Siape 92136

CC02/C02
Fls. 2

Relatório

Trata o presente processo de pedido de compensação de PIS, efetuado em 12/07/2002.

A interessada ajuizou medida judicial com o objetivo de declarar a constitucionalidade do PIS e compensar o tributo indevidamente recolhido com a Cofins e com a CSLL. A sentença judicial permitiu apenas a compensação com o próprio PIS. A União Federal apela quanto à correção monetária, e o acórdão do TRF da 4ª Região nega provimento à mesma, estabelecendo em sua fundamentação que, para a compensação com outros tributos, deve a parte efetuar requerimento administrativo. Recurso Especial da União para o STJ é improvido, transitando em julgado o acórdão em 06/12/1999.

A DRF em Ponta Grossa - PR informa que, para os períodos de julho de 1988 a junho de 1990, não abrangidos pela ação judicial, operou-se a decadência. No período de outubro de 1990 a março de 1995 deferiu-se os créditos no limite concedido pela ação judicial.

Apresenta a interessada manifestação de inconformidade alegando a inocorrência de prescrição, por ser esta de dez anos.

A DRJ em Curitiba - PR mantém o indeferimento, entendendo ter-se operado a decadência.

Recorre a contribuinte repisando os argumentos de sua manifestação de inconformidade, mas a seu recurso é negado seguimento com base no disposto na MP 232/2004.

Informa a recorrente que pela MP nº 243/2005 deve ser dado seguimento ao mesmo.

Sobe o processo ao Egrégio Segundo Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda.

É o Relatório.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O CRIGITAL
Brasília, <u>11 / 04 / 04</u>
<u>Ivana Cláudia Silva Castro</u>
Mat. Siapc 92136

CC02/C02
Fls. 3

Voto

Conselheiro GUSTAVO KELLY ALENCAR, Relator

Tempestivo é o recurso.

É pacífico o entendimento neste Colegiado no sentido de que o prazo decadencial para se pleitear a compensação do PIS deve ser contado da seguinte forma:

- para quem possui ação judicial, cinco anos contados do trânsito em julgado;
- para quem não possui, cinco anos contados da Resolução nº 49/95, do Senado Federal.

No caso, aplica-se a segunda hipótese, pois os períodos analisados são aqueles não abrangidos pela ação judicial. Assim, como o pedido foi efetuado em 2002, já teria expirado o prazo decadencial, que é 10/10/2000. Assim entende também o Superior Tribunal de justiça:

"16/09/2003 - Prazo. Prescrição. Repetição. Indébito. PIS. (Informativo STJ 182 - De 01a05/09/2003) O dies a quo para a contagem da prescrição da ação de repetição de indébito do PIS cobrado com base nos DL n. 2.445/1988 e DL n. 2.449/1988 é 10 de outubro de 1995, data em que publicada a Resolução n. 49/1995 do Senado Federal, que, erga omnes, tornou sem efeito os referidos decretos em razão de o STF, incidentalmente, os ter declarado inconstitucionais. Precedente citado: Ag no REsp 267.718-DF, DJ 5/5/2003. REsp 528.023-RS, Rel. Min. Castro Meira, julgado em 4/9/2003."

Assim, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 24 de janeiro de 2007.

GUSTAVO KELLY ALENCAR